

ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Genick Mbaki Masongele¹
Celio Antonio Alcantara Silva²
Airton Cardoso Cançado³

RESUMO

O presente artigo propõe estudar o impacto do imperialismo e a manutenção posterior dos laços de dependência da economia da República Democrática do Congo. Estudar o imperialismo, no mundo e, particularmente, a colonização do Congo pela Bélgica, exige um estudo da sua história. No primeiro momento, faz-se uma discussão teórica sobre os preceitos básicos do imperialismo, apresentando a sua origem e os principais motivos da partilha do mundo entre os países capitalistas. Em seguida, aborda-se o processo da colonização da República Democrática do Congo, caracteriza-se a colonização belga. Em seguida, apresenta-se a teoria da dependência, a lei das vantagens comparativas e a deterioração dos termos de troca. Por fim, faz-se uma análise interpretativa sobre as exportações do Congo com base das concepções teóricas abordadas neste trabalho.

Palavras-chave: Imperialismo; Colonização; Teorias de Dependência; República Democrática do Congo.

ANALYSIS OF DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO'S EXPORTATIONS

ABSTRACT

This paper aims to study the impact of imperialism and the posterior maintenance of the ties of economic dependency of the Democratic Republic of Congo. To study imperialism, worldwide and particularly the one related to the colonization of the Democratic Republic of Congo by Belgium, one needs to study the country's history, therefore is made a theoretical discussion about the basic precepts of imperialism presenting its origin and the main reasons that lead to the split of the world by capitalist countries. Afterwards, this paper approaches the process of colonisation of the Dem. Rep. of Congo which was made by Belgium. Also, this work presents the following subjects: Dependency Theory, the Ricardian Law of Comparative Advantage and Deterioration of the Terms of Trade. Last but not least, this work makes an interpretative analysis of Dem. Rep. of Congo's exportations based on theoretical concepts studied throughout this paper.

Keywords: Imperialism; Colonization; Dependency Theories; Democratic Republic of Congo.

JEL: R11

1 INTRODUÇÃO

A República Democrática do Congo se tornou o segundo maior país da África após a independência do Sudão do Sul em 2011. Segundo os dados do Banco Mundial, o país é o mais populoso da África Central, com cerca de 68 milhões de

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional (UFT). E-mail : genickmas@hotmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP), professor do curso de Ciências Econômicas da UFT. Email: celioaas@mail.uft.edu.br

³ Doutor em Administração (UFLA), professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Curso de Administração da UFT. E-mail: airtoncardoso@yahoo.com.br



habitantes. É conhecida como "Congo - Kinshasa" para evitar confundi-la com a República do Congo (Congo - Brazzaville). Apesar dos dois países terem o francês como a língua oficial, é importante lembrar que o Congo-Kinshasa foi colonizado pela Bélgica, e o Congo-Brazzaville é a antiga colônia francesa.

O país é considerado como um país de paradoxos⁴. Enquanto seu território tem recursos naturais abundantes e diversificados o país ainda está nas últimas posições do ranking do desenvolvimento humano. Milhões dos cidadãos congolezes são privados de capacidades suficientes para ampliar as suas escolhas para uma vida mais longa e decente.

É nessa perspectiva que Omana (2000) afirma que a República Democrática do Congo é um país onde a natureza tem sido particularmente generosa, sem problemas de falta dos recursos naturais. Os seus problemas principais consistem da ausência de meios e, mais particularmente, de uma estrutura organizacional favorável para o desenvolvimento de unidades de produção, de um lado, a falta de financiamento, tanto interno quanto externo, de outro.

Ao longo de desenvolvimento desse trabalho, percebeu-se a importância de entender a história do Congo desde a sua colonização, pois gerou um impacto muito grande na situação socioeconômica atual do país. Dessa forma, não se pode simplesmente esquecer as consequências do imperialismo neste país da África Central.

Durante o período colonial, a República Democrática do Congo era apenas uma barata fonte matéria-primas, onde os recursos eram explorados, ou seja, os europeus capitalistas penetraram o território somente para permitir a extração e a transferência de recursos para a Bélgica.

2 O IMPERIALISMO

2.1 A era do imperialismo

O conceito "Imperialismo" começou a fazer parte do vocabulário político e jornalístico a partir dos anos 1890, durante um período caracterizado pelas discussões sobre a conquista colonial. A dimensão econômica deste conceito foi adquirida ao longo do tempo e nunca mais se perdeu. Já existiam os imperadores e

⁴ Segundo Pole Institute (2010).

impérios, mas o imperialismo era um conceito novo em fins do século XIX (HOBBSAWM,1988,p.92).

Apesar das características diferentes entre os impérios da antiguidade (egípcio, assírio e persa) e os mais recentes da história, Schumpeter (1961) afirma que todos eles tem um traço básico comum: a disposição de expandir-se ilimitadamente pela força.

Dessa forma, Schumpeter (1961) coloca em evidência os fatos históricos do imperialismo. Em primeiro lugar, são as tendências sem objetivo de expansão pela força, sem limites definidos e utilitárias. Em outras palavras, a inclinação instintiva para a guerra e a conquista tinham uma grande importância.

Em segundo lugar, são as necessidades vitais de situações que levam povos e classes a serem guerreiros para evitar sua extinção. E em terceiro lugar, vem a existência de fatores subsidiários que facilitam a sobrevivência. Esses fatores podem ser divididos em dois grupos seguintes:

A orientação para a guerra é estimulada principalmente pelos interesses internos das classes dominantes, mas também pela influência de todos os que têm a ganhar, individualmente, com uma política beligerante, seja economicamente, seja socialmente. Ambos os grupos de fatores são geralmente superados por elementos de um caráter diverso, não somente em termos de fraseologia política, mas também de motivação psicológica. (SCHUMPETER, 1961, p.86).

De acordo com Hobsbawm (1988), a palavra foi introduzida na política na Grã-Bretanha nos anos 1870, mas sua explosão no uso geral começou nos anos 1890. Foi em especial a partir de 1900 que os intelectuais começaram a escrever livros sobre o novo conceito, sendo o liberal britânico J. A. Hobson considerado um dos pioneiros. Para algumas correntes de pensamento o “imperialismo” não seria um conceito novo, é apenas uma era pré-capitalista.

Para Mariutti (2013), apesar do conceito “Imperialismo” ser relativamente recente, ele já era associado os fenômenos que tenham acontecidos em várias épocas da história. Foi o termo *imperialiste* que abriu o caminho para a criação da palavra *imperialisme*, ela designava os partidários do império napoleônico. Porém, tornou-se popular na França na cerca de 1830 e ganhou força no mundo anglo-saxônico apenas na década de 1870 como uma crítica da política de Disraeli⁵.

⁵ Tinha como objetivo converter as colônias inglesas em membros autônomos de um império unificado.

De acordo com Schumpeter (1961), o imperialismo é “atávico”. Em outros termos, é um elemento que provém de condições vivas do passado. Na interpretação econômica, ele provém antes das relações de produção predominantes no passado do que das que existem hoje.

Para o mesmo autor, nossa era herdou as tendências imperialistas da autocracia absoluta. Foi o imperialismo que floresceu antes da revolução industrial. No entanto, o capitalismo só começou a modelar a sociedade na segunda metade do século XVIII. Antes existiam apenas algumas ilhas de economia capitalista num oceano de economia rural e urbana. Porém, essa situação mudou com a revolução industrial (SCHUMPETER, 1961, p. 104).

De acordo com Harvey (2013), a palavra “Imperialismo” aparece facilmente na fala cotidiana das pessoas. Porém tem vários sentidos para explicar seu uso. Desse modo, o autor a define da seguinte forma:

Defino aqui a variedade especial dele chamada imperialismo capitalista como uma fusão contraditória entre a política do Estado e do império (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia) (HARVEY, 2013, p. 31).

Lênin (1991) considera o imperialismo de forma sintética como a fase monopolista do capitalismo. Para ele, se trata de capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde há afirmação da dominação dos monopólios e do capital financeiro. Nesta fase, a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano. Assim, começou a partilha do mundo entre as maiores potências capitalistas.

De acordo com Araújo (2011), o imperialismo nasceu a partir das transformações do capitalismo ao longo da segunda revolução industrial. O surgimento do capital financeiro e forte concorrência entre estados foram fundamentais para o surgimento do imperialismo. Esta fase foi caracterizada não apenas por generalização dos autodenominados imperadores na Europa, mas pelo domínio dos europeus nas regiões atrasadas como na África e na Ásia.

Na mesma senda, K. Kautsky, considerado o principal teórico marxista da época, define o imperialismo como um produto do capitalismo industrial altamente

evoluído. Trata-se da tendência de que cada país capitalista industrial tem de anexar regiões agrárias sempre maiores, quaisquer que sejam os povos que as povoam. Simplesmente seria a característica do capitalismo do período, referindo-se ao domínio dos grupos monopolistas constituídos por grandes empresários. Estes monopólios tornam-se sólidos, sobretudo quando reúnem apenas em suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e observa-se que, com afinco, os grupos monopolistas internacionais dirigem os seus esforços no sentido de arrancarem toda possibilidade de concorrência.

Para conquistar esses mercados não capitalistas, o imperialista tinha quatro objetivos: o primeiro era de tomar posse das matérias-primas desses países, o segundo era a destruição dos métodos tradicionais de produção, o terceiro era a transformação da economia natural⁶ em economia de mercado, o quarto a separação da indústria do comércio e da agricultura (HUNT, p. 343, 2005).

Segundo Lênin (1991), é necessário destacar quatro aspectos principais dos monopólios, ou manifestações essenciais do capitalismo monopolista. Em primeiro lugar, o monopólio nasceu da concentração da produção, tendo ela atingindo um elevado nível de desenvolvimento.

Em segundo lugar, os monopólios conseguiram o controle das principais fontes de matérias-primas sobretudo na indústria fundamental. O monopólio das principais fontes de matérias-primas elevou muito o poder do grande capital e aumentou a contradição entre a indústria cartelizada e a indústria não cartelizada.

Em terceiro lugar, os monopólios desenvolveram-se através dos bancos, detinham o monopólio do capital financeiro. Em geral, nos países capitalistas mais evoluídos, três a cinco bancos alcançaram a união pessoal do capital industrial e do capital bancário, eles detinham bilhões que representam a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país.

Em quarto lugar, os monopólios resultaram da política colonial. O capital financeiro acrescentou aos numerosos velhos motivos da política colonial o da luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas zonas de influência.

Assim, segundo Mariutti (2013), durante o período da guerra fria, o termo “Imperialismo” era usado pelos dois blocos para denunciar o expansionismo do

⁶Economia de subsistência, ou seja, voltada para a produção de valores de uso.

opponente. Com o passar do tempo, o termo passou a ser empregado em diversas formas e sentidos. Em respeito aos EUA, é difícil distinguir com clareza o imperialismo do militarismo.

Na mesma perspectiva que Hobsbawm (1988) aponta a procura de mercados como motivo mais convincente para a expansão colonial. Era disseminada a teoria de que a superprodução da Grande Depressão poderia ser resolvida por meio de um vasto esforço de exportação.

Na esfera econômica marxista, Milani (2011) define o imperialismo como o período em que o capital excedente acumulado pela concentração da produção. Por consequências, as nações associadas ao capital financeiro se veem pressionadas a expandirem os mercados para terras distantes, especificamente para os continentes africano e asiático.

Assim, ao contrário dos outros autores citados, Said (2005) vai além das esferas econômica e política, ele considera também a esfera cultural no conceito de imperialismo. Ele considera o imperialismo simplesmente o processo ou a política de estabelecer um império, em outras palavras, a implantação de colônias em territórios distantes. Desse modo, ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural.

O imperialismo não é um simples fato de acumulação e aquisição. Ele é sustentado por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certas regiões ou populações precisam ser dominadas. Assim, o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica sustenta os conceitos como "raças inferiores", "populações subordinadas", "dependência", "expansão" e "autoridade" (SAID, 2005, p. 40).

2.2 A partilha e a colonização da África

De acordo com Milani (2011), a África é considerada o 'berço' do homem moderno, já que há 200 mil anos surgiu no continente o *homo sapiens*. Dali, ele migrou pelos continentes, domesticou plantas e animais. A partir disto, nasceram culturas, civilizações distintas e Estados. Infelizmente os africanos são hoje menosprezados com sua cultura e desrespeitados como identidade. O continente africano ainda é visto como um não-lugar. Mesmo com uma superfície de mais de 30

milhões de km² de área, a África é tratada sem as devidas considerações às suas complexas particularidades regionais.

Segundo o mesmo, quando se trata da África, é sempre relacionada aos brancos africanos ou aos brancos estrangeiros. Ou simplesmente, é um continente de povos atrasados, sem economias diversificadas, com sociedades tribais, adeptos de religiões anímicas. Em outros termos, é uma terra de negros que ainda vivem na infância da humanidade.

Para ele, esta construção ideológica é fácil para um europeu branco incapaz de olhar para o outro em sua diversidade, riqueza e culturas distintas. Há sim a existência dos vícios racistas na trajetória de mais de cinco séculos de exploração do continente africano.

Dessa forma, Milani (2011) lamenta as diversas teorias que existem sobre a partilha do continente africano. Alguns cientistas consideram esta partilha como fruto de um atavismo violento da personalidade humana, para outros saem do mundo subjetivo do indivíduo para o caráter 'egoísta' das nações. Ainda há aqueles que argumentam a conquista da África como uma necessidade de civilizar os povos infieis ou inferiores, seja pelas questões religiosas ou humanitárias.

Porém, essas interpretações desconsideram o fator econômico, que pode ser considerado o fator principal da conquista colonial. As necessidades expansionistas do capitalismo monopolista e financeiro. Para as grandes potências da época, a colonização foi uma oportunidade de longa duração de obter lucros.

De acordo com Mackenzie (1994), nota-se surpreendentemente a incursão tardia dos europeus na África, já que só no fim do século XIX, eles conseguiram penetrar no continente africano. Apesar de a África ser o vizinho mais próximo da Europa e de ser o primeiro continente com que os europeus estabeleceram contato. Por vezes ele era considerado simplesmente como uma barreira gigantesca que dificultava a chegada dos europeus à Ásia.

Para Esteves (2002), a necessidade imperiosa do progresso de acumulação do capital dos europeus foi o motivo da ocupação do continente africano. Dessa forma as potências mundiais, lideradas por Inglaterra e a França, invadiram e dividiram o continente em algumas dezenas de colônias. Os invasores ignoraram os princípios de direito à cidadania e à liberdade do povo africano.

De acordo com o mesmo autor, a partir da segunda metade do século XIX que os capitalistas europeus pressionaram os seus governos a abrir o caminho até o continente pela força das armas. Somando a vontade de garantir fontes de matérias primas baratas para as suas empresas, os exploradores tinham interesses de ter mercado para onde pudessem exportar as suas mercadorias. Ou seja, com o fim do processo de escravidão na América, era imperioso para as potências europeias conseguir outras fontes de exploração de riquezas, assim as atenções se voltam ao continente africano em fins do século XIX.

De acordo com Boahen (2010), cerca de 80% do continente africano era governado por seus próprios chefes⁷ até 1880. Porém, essa situação vai mudar completamente nos trinta anos seguintes. Em 1914, quase a África inteira é dominada por potências europeias e é dividida em diversas colônias, com a exceção de apenas dois países⁸.

Dessa forma, o autor qualifica a colonização de assalto da soberania, da independência e dos valores culturais deste continente. Isto se explica porque os europeus dividiram a África em colônias de modo geral sem considerar as formações políticas preexistentes, muitas vezes, com pouca ou nenhuma relação entre elas (BOAHEN, 2010). Na mesma linha de raciocínio, Milani (2011) argumenta que:

Para tal tarefa seria necessário um grande contingente de pessoas interessadas não mais em construir uma Nova Inglaterra ou Nova Caledônia, mas sedentas de lucros e sem os freios morais do homem Moderno. Tal formação foi possível com as expedições à África, à Austrália e à Ásia na primeira metade do Século XIX. Expedições de missionários cristãos e jesuítas que apesar do irritante proselitismo religioso e mercantil, aproximaram o europeu da cultura e dos povos, africanos e asiáticos (MILANI, 2011, p. 35).

Apesar da existência de estruturas políticas e econômicas na África antes do século XIX, Silvério (2013) afirma que até no início do século XIX estas estruturas eram instáveis. Havia alguns estados emergentes⁹, mas a maioria eram frágeis e mal governados.

⁷Dirigidos por reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos e comunidades.

⁸Dois países africanos que não eram dominados por europeus até 1914: Etiópia e Libéria

⁹O Magrebe e o Egito eram as regiões estáveis devido à aplicação da lei islâmica.

Por consequência, os africanos tinham recursos limitados para resistir face aos europeus. Aqueles que tentaram resistir, quase sempre foram derrotados devido à supremacia bélica dos europeus com muitas atrocidades e violências (MLANI, 2011).

3 A COLONIZAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

De acordo com Milani (2011), há dois períodos na História da escravização na África, primeiro por árabes e depois por europeus, quando o tráfico atingiu proporções catastróficas. Ele desarticulou as economias locais, deixando cicatrizes profundas sobre homens, culturas e sociedades.

Foi a partir do século XIX que se iniciou a fase da exploração pré-imperialista do Congo com a chegada dos missionários, exploradores, burocratas de estado, empresários e futuros geógrafos. Foi construído um manancial de dados e um mapeamento dos recursos naturais que seriam essenciais na época imperialista de fins do século XIX.

A colonização na República Democrática do Congo e a sua existência como departamento colonial de um país colonizador, durou quase quatrocentos anos. Ou seja, analisado rigorosamente, conformam-se quase 400 anos, desde a descoberta da foz do Congo por Diogo Cão em 1482 até a sua independência em 1960.

Para entender o processo de colonização do Congo, seria importante distinguir três períodos principais. O primeiro período, da descoberta da foz do Rio Congo pelo navegador português Diogo Cão em 1482 até a conferência de Berlim em 1885; o segundo, do domínio do rei belga Leopoldo II, iniciado em 1885 e que se estendeu até 1908 onde o país era denominado de Estado Independente do Congo e finalmente, de 1908 até 1960 quando o país passa a ser chamado de Congo Belga.

3.1 O Período entre 1482 e 1885

De acordo com Munanga (2007), os europeus chegaram pela primeira vez no atual República Democrática do Congo em 1482, na época dos chamados grandes descobrimentos. Foi o navegador português Diego Cão que descobriu a bacia do rio "Nzadi", hoje chamado do rio Congo. Quando os portugueses chegaram, eles

perguntaram para o povo local o nome do rio e foi-lhes respondido Nzadi em língua kikongo, mas eles entenderam erroneamente Zaire.

No entanto, Paquier e Tiedemann (2006) afirmam que foi apenas em 1485, que Diego Cão voltou e fez contato com o Reino do Kongo que se situava perto da foz do rio Congo. Porém, ele não achou muito interesse em ficar e foi rapidamente para o sul, pois o tráfico de escravos negros era legalizado e desenvolvido.

Para Iliffe (1999), o rei do Reino do Kongo já foi informado da invasão dos homens marinhos desconhecidos no estuário do Congo. Em seguida, os marinheiros portugueses estabeleceram relações mutuamente vantajosas com os chefes imigrantes do reino, cuja autoridade precária se baseava, em parte, nos escravos concentrados à volta da capital. Uma prova da cooperação entre o rei e os invasores foi o batismo do rei do Kongo, seu filho Afonso Mbemba Nzinga que se converteu ao cristianismo em 1506.

No entanto, Munanga (2007) afirma que a exploração mais sistemática da região descoberta pelos portugueses começou apenas entre 1874 e 1878, pelo aventureiro e jornalista inglês Henry Morton Stanley. Enquanto isso, o rei belga Leopoldo I criou em Bruxelas a Associação Internacional Africana (AIA), com o objetivo de abrir a bacia do Congo à civilização europeia para facilitar a dominação ocidental.

Porém, foi em 1878 que, seu sucessor, o rei Leopoldo II convida o inglês e confia-lhe a responsabilidade de negociar a submissão dos chefes locais através de tratados de comércio, amizade e protetorado. Os chefes locais aceitaram as negociações de tratados, sem perceberem que se tratava, na realidade, da implantação de estruturas de dominação estrangeira em sua terra e não de amizade e protetorado. Em 1883, o rei Leopoldo II, dispondo dos serviços de H.M. Stanley, iniciou os preparativos para implementar progressivamente o sistema de exploração na região.

3.2 O Estado Independente do Congo (1885-1908)

Mesmo antes de se tornar rei, Milani (2011) afirma que Leopoldo II já pretendia fazer da Bélgica um grande império. Assim que ele ascendeu ao trono em 1865, ele começou sua investida por uma região colonial que realizasse seu desejo. Dessa forma, ele encontrou sua profecia de colonizar o Congo graças ao explorador-

jornalista galês Henry Morton Stanley, que consegue delimitar todo o curso da bacia do rio Congo após muito tempo de exploração

Roux *et al.* (2006) afirmam que Leopoldo II tinha a ideia de enriquecer seu país, por isso ele acreditou na colonização como única ferramenta para satisfazer o seus anseios. Ele começou a sonhar na exploração de riquezas naturais do continente africano, no caso específico da borracha e de marfim da África Central. Portanto, no dia 23 de Fevereiro de 1885, após a Conferência de Berlim, os Estados participantes, incluindo a França, o Reino Unido, Portugal, Alemanha e os Estados Unidos, reconhecem o Estado Independente do Congo (EIC) como propriedade privada do Leopoldo II.

Apesar de a Bélgica ser um pequeno Estado da Europa ocidental, Serrano & Waldman (2007) afirmam que ela conseguiu fazer valer os seus direitos sobre a bacia do Rio Congo, em grande parte pelos corajosos esforços do seu rei Leopoldo II, sendo auxiliado pelas expedições de Stanley.

De acordo com Munanga (2007) e Hobsbawn (1988), na conclusão da conferência de Berlim as potências presentes concederam a AIC o estatuto e o nome de Estado Independente do Congo (EIC). Em seguida, elas reconheceram oficialmente o rei Leopoldo II como o único proprietário, mas ele foi obrigado a deixar a bacia do Congo livremente aberta ao comércio internacional. Portanto, o parlamento belga ratificou oficialmente o reconhecimento do EIC como propriedade pessoal do soberano e não como uma colônia da Bélgica em 1º de julho de 1885.

Conforme Serrano e Waldman (2007), o Congo constituía um vasto domínio equatorial que se comunicava com o exterior através um único e estreito corredor seguindo o curso inferior do Rio Congo. Dessa forma, o rei Leopoldo II viu-se diante de um território mais vasto do que a capacidade da Bélgica, um território com uma superfície oitenta vezes maior que o território belga e quatro vezes o território da França.

A base da exploração da colônia era sustentada a partir da questão fundiária. Em seguida, foram praticadas outras atividades econômicas¹⁰. A administração leopoldiana repartiu as terras em três categorias: as terras indígenas, as terras

¹⁰A colheita, as prospecções dos minérios e a produção agrícola que foram apenas as consequências da questão fundiária.

vacantes e as terras concedidas a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas (MUNANGA, 2007, p.5).

Para Milani (2011), as propriedades que pertenciam aos negros foram quase todas eliminadas. As suas terras foram tomadas e passaram a ser consideradas vacantes. Assim, o rei Leopoldo II explorava o Congo como um empresário privado, no entanto a Bélgica financiava suas aventuras. Muitas empresas comerciais foram criadas e o rei era o principal sócio, obtendo recursos ou através de papéis do tesouro belga, ou de dividendos em lucros futuros .

Segundo Munanga (2007), o rei decretou as terras vacantes como propriedade do Estado, ele obrigava os colonos que se instalavam nessas terras a pagar tributos para sua administração. Assim, ele permitiu a exploração de uma parte das terras vacantes para permitir ao Estado financiar as despesas das primeiras instalações. Além disso, os autóctones eram obrigados a fornecer certas quantias dos produtos da colheita, como a borracha e o marfim. Essa trágica situação foi considerada uma catástrofe social para a população local, os verdadeiros proprietários das terras. Mas tarde, o rei foi denunciado até por seus compatriotas belgas. Os seus fundamentos se baseiam na concepção possessiva que todas as terras ditas vacantes lhe pertenciam por direito e todas as populações encontradas naquele território, constituíam elas também uma mão de obra vacante e disponível.

No entanto, a população local vivia da economia de subsistência e obedecia às exigências da natureza, especificamente climáticas, para exercer suas atividades de plantação das roças, colheitas, caça, pesca e assim por diante. Porém, a administração do rei transformou esse ritmo de trabalho para cumprir as obrigações de um colonizador, iniciando-se com o *portage*, seguida pelas corveias para produzir comida e finalmente as colheitas de borracha e de marfim.

3.3 O Congo Belga

Para Fieldhouse (1973), depois de muitas atrocidades que marcaram o Estado Independente do Congo, apenas no final de 1908, o Estado Independente do Congo se torna formalmente a colônia da Bélgica. O Parlamento belga criou a "Constituição Colonial". Dessa forma, o Congo passa a ser totalmente controlado por

Bruxelas, e, é nomeado um governador geral que exerce um poder autocrático na colônia.

Após as denúncias de trabalho escravo, assassinatos em massa e outras atrocidades no Congo, realizadas pelas indignadas campanhas mundiais (em especial da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França e suas comissões parlamentares de inquérito), em curso desde o início do século XX contra o processo violento de pilhagem africana conduzida por Leopold II, este foi obrigado a se desfazer de seu quintal. Vendeu seu Estado Livre do Congo, propriedade particular do Rei dos Belgas e soberano do Congo, para a Bélgica (MILANI, 2011, p. 147).

Assim, iniciava-se uma nova fase de colonização. Baseado em Munanga (2007), o estatuto político e o nome de Estado Independente do Congo mudaram para Congo Belga. O Estado Independente do Congo era uma colônia cuja metrópole era um indivíduo e não uma nação. Porém, apesar de ter sido submetido a dois estatutos jurídicos diferentes, de 1885 a 1908 (Estado Independente do Congo) e de 1908 a 1960 (Congo Belga), a realidade vivida nessas duas etapas (80 anos) era a mesma, um estado de colonização caracterizado pela instalação de um novo sistema de organização e gestão do espaço pelos invasores.

De acordo com Paquier e Tiedemann (2006), a economia do Congo belga era baseada na exploração da borracha, marfim e posteriormente, na mineração. Assim, foi fundada uma empresa de exploração na região do Katanga para efetuar a exploração do solo e subsolo e, em seguida, foram descobertas outras minas, por exemplo, as minas de cobre. Dessa forma, o Estado mudou a sua visão principal sobre a exploração econômica no Congo, a administração colonial priorizou a exploração de minérios, que era mais rentável. Para isso, duas empresas são criadas: a Companhia Florestal de mineração do Congo para explorar diamantes e a União de Mineração de Haut-Katanga (UMHK) para explorar as minas de cobre.

3.4 A independência do Congo

Finalmente, a Bélgica convocou todos os chefes políticos congolezes a uma mesa-redonda organizada em Bruxelas, de 20 de janeiro a 20 de fevereiro de 1960. Durante a conferência, a fração dos participantes belgas estava decidida a conceder a independência no curto prazo. Os congolezes foram logo obrigados a aceitar, encurralados pelas ameaças, a data da independência foi fixada em 30 de junho de 1960. Essa decisão brusca da Bélgica surpreendeu a opinião internacional porque aparentemente a sua dominação não sofria ameaça real em nenhuma região do

Congo Belga, a oposição nacionalista congoleza era puramente verbal. Nenhum movimento revolucionário tinha recursos, nenhum exército de libertação lutava contra o exército colonial; em nenhum lugar nas cidades uma greve geral efetiva ameaçava a economia colonial (MUNANGA, 2007, p.13)

A mesa-redonda decidiu que o Congo Belga independente seria uma república parlamentar e uma constituição provisória chamada “Lei Fundamental” foi instituída para garantir o período de transição. Em seguida, foram organizadas em maio de 1960 as eleições nacionais. Joseph Kasa-Vubu foi eleito o primeiro presidente da República e Patrice Lumumba o primeiro-ministro e chefe do governo.

Por fim, a independência do Congo foi proclamada em 30 de junho de 1960, o país tinha apenas nove jovens universitários inexperientes recém-formados que por mais competentes e voluntaristas que fossem não seriam numericamente suficientes para administrar um país tão grande territorialmente.

4 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Apresenta-se a teoria da dependência na visão da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a partir da perspectiva centrada nas relações de dependência centro-periferia.

4.1 A teoria das vantagens comparativas

Partindo do conceito da lei das vantagens comparativas, tem-se:

Um dos principais expoentes dessa teoria, o livre comércio e a especialização dos vários países naquelas atividades para as quais demonstrassem vocação natural conduziria à propagação do progresso técnico e à difusão do desenvolvimento para todos os membros da comunidade mundial. A lei das vantagens comparativas (um dos pilares da Teoria Clássica) sustentava que, se os países atrasados se especializassem nos produtos primários, e os avançados em industrializados, nas relações comerciais entre eles os países atrasados acabariam levando vantagem, pois absorveriam todo o diferencial de produtividade de seus parceiros avançados (MANTEGA, 1995, p.35) .

De acordo com Souza (2005), a teoria clássica do comércio internacional afirmava que cada país deveria especializar-se na produção de bens para os quais tem vantagens comparativas de custo. Do mesmo modo, o autor explica que o produto da economia global acabaria gerando o aumento de bem-estar social. Por isso, os países periféricos com abundantes recursos naturais deveriam especializar-

se na produção de bens primários e os países do centro, de tecnologia avançada, se focalizam na produção dos bens manufaturados.

Na mesma perspectiva, Furtado (2000) afirma que o mundo é dividido em dois blocos em relação à divisão internacional do trabalho. Certos países se inseriram internacionalmente do ponto de vista econômico especializando-se em setores em que o progresso tecnológico penetrava com rapidez. Outros se especializaram em atividades com respeito às quais sua constelação de recursos apresenta vantagens comparativas.

Em outras palavras, os países cênicos importam as matérias primas e exportam os bens manufaturados, entretanto, os países periféricos transformam-se em exportadores dos produtos primários e importadores dos bens industrializados.

Segundo Mantega (1995), até no século XX a economia mundial navegava em águas cada vez mais turbulentas, num cenário onde vários economistas insistiam na eficiência da livre concorrência para engendrar o equilíbrio econômico, que deveria conduzir à alocação supostamente ótima dos recursos produtivos. Porém, foi necessário estourar a crise mundial de 1929, que mergulhou o sistema capitalista na maior depressão da sua história, para colocar em dúvidas as teorias das vantagens comparativas e pensar nos novos instrumentos que vão garantir a sobrevivência do capitalismo.

4.2 A deterioração dos termos de trocas

Baseado em Prebisch (1949):

A realidade está destruindo na América Latina aquele velho esquema da divisão internacional do trabalho que, após haver adquirido grande vigor no século XIX, seguiu prevalecendo, doutrinariamente, até bem pouco tempo. Nesse esquema correspondia à América Latina, como parte da periferia da economia mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais. (PREBISCH, 1949, p.47).

Assim o autor afirma que a argumentação relativa às vantagens econômicas da divisão internacional do trabalho tem uma validade teórica inobjetable. Ela é baseada na premissa seguinte: o fruto do progresso técnico tende a repartir-se igualmente em toda a coletividade, seja pela redução dos preços, seja pelo aumento equivalente das remunerações.

Segundo esta premissa, os países de produção primária obtêm sua parte desses frutos por meio de intercâmbio internacional. Portanto, não é necessário

industrializar-se. Seu erro está em generalizar o que é muito circunscrito. Pois a auferição das vantagens do desenvolvimento da produtividade na periferia não ocorre em medida comparável em relação ao que desfrutam as populações dos países do centro (PREBISCH, 1949, p.47).

Da mesma forma, Mantega (1995) afirma que os países da periferia ou subdesenvolvidos eram prejudicados por inúmeras desvantagens na função de meros fornecedores de produtos primários para o mercado internacional. O centro desenvolvido não transferia seus aumentos de produtividade para a periferia atrasada.

Dessa forma, Furtado (2000) desaprova o sistema de divisão internacional do trabalho fundado nas vantagens comparativas. Segundo ele, os países periféricos absorvem menos progresso tecnológico por unidade de investimento do que os países mais desenvolvidos. Ele afirma que a evolução da economia internacional deu origem a uma transferência persistente de recursos dos países subdesenvolvidos em benefícios dos industrializados. Em outras palavras, observam-se que os produtos primários são vendidos aos países desenvolvidos a preços reais declinantes.

Para Prebisch (1949), trata-se de um fato certo que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho. Existem grandes diferenças entre os níveis de vida das populações desses dois grupos de países, há discrepâncias acentuadas entre suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a poupança depende muito do aumento da produtividade.

De acordo com o mesmo autor, não tem uma explicação ou uma maneira de justificar a premissa da divisão internacional do trabalho, trata-se de um manifesto de equilíbrio. Daí se justifica a importância da industrialização para os países da periferia. Ela não é um fim, porém o único meio disponível para obter uma parte do fruto do progresso técnico e melhorar o nível da vida das massas.

Assim, dentro da mesma lógica, Bielschowsky (2004) afirma que a Cepal considerou a deterioração nos termos de troca como uma das tendências que dificultavam o processo de industrialização. Desde muito tempo, os países da periferia tinham que continuar a depender de exportações de bens primários, pois muitos economistas acreditavam que existe grande excedente de mão de obra disponível para tais atividades.

Portanto, no Centro a forte organização dos sindicatos dos trabalhadores pressionavam os proprietários dos meios de produção a aumentar os salários dos trabalhadores. Por consequência, os empresários elevavam os preços dos bens manufaturados para compensar esse aumento dos salários.

Pelo lado da periferia, a falta da organização da classe trabalhadora e a lenta expansão da demanda internacional de bens primários, mantêm os salários e preços dos produtos baixos. Por consequência, ocorre o desequilíbrio externo, mantendo e ampliando a tendência a deterioração nos termos de troca.

Para explicar como os preços das exportações da periferia cresciam mais lentamente do que os preços das exportações do centro, Mantega (1995) resumiu as duas causas mais importantes dessa deterioração de termos de trocas assim:

- a) Em primeiro lugar, a diferença de comportamento da demanda de produtos primários em relação à demanda de manufaturados;
- b) Em segundo lugar, a diferença entre a situação do mercado de trabalho e da organização sindical no centro e na periferia.

Em outras palavras, quando aumenta a renda dos consumidores do centro, apenas uma parte menor desse aumento de salários dos trabalhadores do centro seria destinada à alimentação e outros bens primários. Isso se justifica pelo fato que as famílias da classe trabalhadora do centro já usufruíam de uma alimentação razoável.

5 AS EXPORTAÇÕES DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

As exportações podem ser definidas como as saídas de bens, produtos e serviços além das fronteiras do país de origem. Esta operação envolve pagamento, como nas vendas de produtos e nas doações.

O comércio apresentou uma expansão de 7% em 2011. Sua contribuição para o crescimento passou para 1,4 pontos percentuais, contra 0,99 em 2010. Consequência do bom desempenho do setor de mineração e da melhoria da infraestrutura rodoviária. O setor de transportes e comunicação apresentou um baixo crescimento, de 0,4% contra 0,3% em 2010. As exportações cresceram de 12% em 2011 e as importações em 16%. O aumento das exportações é explicado pelo aumento do volume de produção de empresas de mineração.

Tabela 01 – As exportações por categoria de produtos entre 2004 e 2014 em \$ US 1,000

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cobre e artigos derivados	2176	30538	60954	171853	526586	617188	1947445	2485482	3324410	3058178	2369376
Minérios e cinzas	284284	325057	426249	526300	1553608	959784	1654199	1803552	1471883	1973383	1975077
Combustíveis minerais, fósseis, produtos destilados, etc	107517	240736	132750	320480	221086	474564	697627	1205546	786762	1015029	1019566
Metais base, cerâmicos e artigos derivados	144334	73787	124670	221377	558276	290793	574062	487749	562497	626751	753131
Pérolas, pedras preciosas, metais, moedas, etc	557409	640980	513665	546982	501094	169550	176040	232643	250196	216243	208487
Madeira e artigos de madeira, lenha	66985	97397	143271	192676	205807	112424	131999	163991	146059	140855	137899
Commodities diversas	593	974	1568	4976	59568	38736	76286	97843	57779	58292	109823
Metais preciosos compostos, isótopos e químicos inorgânicos	4	21	9000	3986	2318	19343	196755	196338	126814	236014	61701
Borracha e artigos derivados	1267	2620	4542	3482	3523	2285	3315	4062	9355	12218	18609
Obras de arte, peças de colecionador e antiguidades	3511	2190	4219	6253	3640	4089	6183	2965	2547	10891	16131
...
Total geral	1222671	1498157	1485356	2087892	3764685	2806333	5639217	6917708	6931692	7665235	6796033

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de International Trade Centre (2015)

Analisando os dados apresentados na Tabela 01, observa-se que a República Democrática do Congo exporta os alimentos e as matérias primas. Em outras palavras, a economia congoleza depende muito das exportações das matérias primas.

De acordo com a proposta de Prebisch (1949) sobre a teoria de dependência dos países subdesenvolvidos, observa-se que a situação econômica da República Democrática do Congo tem muitas semelhanças com a América Latina na década de 30. Existe ainda o antigo esquema da divisão internacional do trabalho, cabia à América Latina, o seu papel específico no sistema econômico mundial de produzir alimentos e matérias primas para os países industrializados.

A realidade da República Democrática do Congo apresenta as características dessa divisão internacional. Observa-se na Tabela 01 que a economia congoleza é praticamente baseada na exportação dos bens primários e na importação dos bens de capital, os minérios são os produtos principais que o Congo exportou em 2014.

Dessa forma, a Teoria de dependência dos países subdesenvolvidos apresentada por Prebisch (1949), se encaixa na realidade congoleza pelo fato que se trata dos países que são antigas colônias. Na mesma perspectiva que Machado (2012) aponta que a dependência de exportações de *commodities* primárias foi iniciada desde a época colonial. Os efeitos do colonialismo, como o desmantelamento do modo de produção africano e a conseqüente dependência de exportação de *commodities* primárias, foram responsáveis ainda pelo enfraquecimento ou paralisação de segmentos da economia.

De acordo com a lei das vantagens comparativas apresentada por Mantega (1995), a premissa da divisão internacional do trabalho era que mediante o intercâmbio internacional, os países que produzem os bens primários não precisam industrializar-se, pois absorveriam todo o diferencial de produtividade de seus parceiros avançados.

Porém, Prebisch (1949) aponta a ineficiência dessa premissa na periferia, pois não chegaram os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade na mesma medida que nos países desenvolvidos.

Da mesma forma, Mantega (1995) afirma que os países da periferia ou subdesenvolvidos eram prejudicados por inúmeras desvantagens na função de meros fornecedores de produtos primários para o mercado internacional. O centro desenvolvido não transferia seus aumentos de produtividade para a periferia atrasada.

Furtado (2000) desaprova o sistema de divisão internacional do trabalho fundado nas vantagens comparativas. Segundo o autor, os países periféricos absorvem menos progresso tecnológico por unidade de investimento do que os países mais desenvolvidos. Ele afirma que a evolução da economia internacional deu origem a uma transferência persistente de recursos dos países subdesenvolvidos em benefícios dos industrializados. Em outras palavras, observam-se que os produtos primários são vendidos aos países desenvolvidos a preços reais declinantes.

De acordo com os argumentos apresentado por Furtado (2000), observa-se que a República Democrática do Congo não tem vantagens positivas como sustentava a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho.

Exemplo disso, é o padrão de vida na República Democrática do Congo, existe uma grande disparidade nos padrões de vida entre a população congoleza com a população de grandes centros. A tabela 03 mostra bem essa realidade, observa-se que os congolezes vivem em média com menos de dois dólares por dia.

Para mudar essa deterioração de termos de troca entre o centro e a periferia, Prebisch (1949) ressalta a importância fundamental da industrialização nos países subdesenvolvidos. Para ele, a industrialização é o único caminho de que estes dispõem para beneficiar-se uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida da sua população.

Assim, de acordo com a proposta de Prebisch (1949), a República Democrática do Congo precisa rever as condições essenciais para o desenvolvimento da sua indústria. Os dirigentes precisam dotar no Congo uma indústria cumprindo o objetivo social de elevar o padrão de vida da população congoleza. E que se disponha dos melhores equipamentos em termos de maquinaria e instrumentos, e que se aproveite prontamente o progresso da técnica em sua renovação sistemática.

Apesar de um amplo debate sobre o problema da dependência da exportação de bens primários, assentado nas teorias da dependência e do imperialismo, como

uma ferramenta para tornar a economia do continente africano menos dependente das exportações, não houve avanços significativos do ponto de vista da estrutura econômica desde a independência.

A falta de reformas na economia, a má gestão das políticas públicas e, sobretudo, a corrupção existente em todos os níveis da sociedade congoleza mantiveram as exportações agrícolas, minerais e energéticas como setores de maior rentabilidade.

De acordo com Machado (2012), o surgimento de novo ciclo econômico mundial e a ascensão da China no cenário econômico internacional trouxeram mais uma vez centralidade à África como fornecedora estratégica de matéria prima para os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O aumento dos investimentos no continente africano por meio de um processo de crescente globalização, aumentaram o PIB africano e seu índice de crescimento. Contudo, não foram capazes de por fim às guerras civis, à instabilidade política e à extrema pobreza.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo, observa-se que a economia congoleza vem sofrendo perturbações constantes, partindo de formas de produção tradicionais africanas até a economia capitalista, passando pela dependência colonial e por vários interesses dos grupos capitalistas.

Nesse artigo, apontam-se os motivos pelos quais as grandes potências mundiais dividiram o mundo. Elas buscaram aumentar o poder de seus próprios Estados diante de outros Estados. Os capitalistas buscam os motivos financeiros, aplicar o capital financeiro no lugar que possa haver mais lucro. Dessa forma, a partilha do mundo entre as maiores potências capitalistas para exportar o capital, adquiriu uma importância de primeiro plano.

Os imperialistas tinham praticamente três metas na busca da conquista desses mercados não capitalistas: a primeira foi de se apropriar das matérias-primas do continente africano, a segunda foi a destruição dos métodos de produção tradicionais já existentes, e a quarta foi a transformação da economia local em economia de mercados.

No que tange ao imperialismo no Congo, nota-se que a República Democrática do Congo se tornou uma colônia após a partilha do continente africano

em 1885. Durante a colonização, o Congo era uma barata fonte de matérias primas, onde os recursos eram explorados, ou seja, os europeus capitalistas penetraram o território congolês somente para permitir a extração e a transferência de recursos para a Bélgica.

A colonização belga é considerada como uma das mais incisivas e duras em relação às outras colonizações. Ela recorria a uma brutalidade maior no trato da população congoleza, praticava todas as formas de coerção, inclusive as que se aproximavam da escravidão. Em outras palavras, essa colonização é uma das mais cruéis e das mais brutais de todos os países africanos.

Além da pilhagem, os belgas se consagraram pelas tentativas de eliminação das culturas congolezas que eles consideravam inferiores. Assim, eles impuseram o modelo cultural europeu no Congo. A população congoleza discriminada por causa da sua raça negra. Dessa forma o racismo era uma arma usada pela instituição colonial.

Após a sua independência, como a sociedade congoleza não foi preparada para assumir a administração do país, por falta de quadros políticos qualificados para enfrentar os desafios pós-coloniais, a economia do país ficou estagnada. Apesar de suas imensas riquezas minerais, a sua população é muito pobre. O país não conseguiu apresentar um processo de crescimento econômico.

Dessa forma, percebe-se que imperialismo influenciou socialmente e economicamente a situação do Congo durante sua colonização. É muito difícil medir esse impacto na vida dos congolezes, em termos objetivos. Porém, não se pode negar que o imperialismo trouxe consequências negativas para a trajetória de desenvolvimento do Congo

A interpretação dos dados das exportações da República Democrática do Congo foi baseada na teoria de dependência dos países da América Latina, discutida através da CEPAL. No que tange a pauta de exportações, ao longo de todo período estudado, nota-se que o Congo continua exportando os bens primários (cobre, minérios e artigos derivados, combustíveis,...) ao passo que importa os bens manufaturados a grande valor agregado. Em outras palavras, a economia do Congo segue ainda a divisão internacional do trabalho descrito pela Cepal.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Rafael. O Imperialismo e sua Atualidade na Análise do sistema Capitalista Internacional. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 3, abr. 2011.
- BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT. **Perspectives économiques en Afrique**, 2012.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 1998. (v. 1).
- ESTEVES, Francisco Patrício. **Angola: A transação de uma economia planificada para a economia de mercado (1975-2000)**. João Pessoa, 2002.
- FIELDHOUSE, David K. **Les empires coloniaux à partir du XVIIIe siècle**. Bordas, 1973.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- HOBSBAWN, E. J. **A era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro, 2.ed., Rio de Janeiro, 2005.
- ILIFFE, John. **Os africanos, história dum continente**. Lisboa: Terramar, 1994.
- LÊNIN, V. I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1991.
- MACHADO, Leticia Wittlin. **As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos: participação nos conflitos locais**. Rio de Janeiro, jun. 2012.
- MACKENZIE. **A partilha da África 1880-1900**. São Paulo: Ática. 1994.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1995.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. **Interpretações clássicas do imperialismo**. Instituto de economia UNICAMP, 2013.
- MILANI, Martinho Camargo. **Estado Livre do Congo: Imperialismo, a Roedura Geopolítica (1885-1908)**. 2011. **2011. Dissertação** (Mestrado em História Econômica) - Programa de pós-graduação em história econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **A República Democrática do Congo – RDC**. África. Rio de Janeiro, mar. 2007.

OMANA, Adrien Omombo. **Pour une croissance économique durable de la République Démocratique du Congo**. Kinshasa: Centre protestant d'éditions et de diffusion, 2000.

ORGANISATION MONDIAL DU COMMERCE. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 25 set. 2015.

PAQUIER, Nadège. TIEDEMANN, Diane. **La colonization du Congo**. Bélgica. nov. 2006.

POLE INSTITUTE. Institut Interculturel dans la Région des Grands Lacs. Republica Democrática do Congo, Goma. jul. 2010.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, 1949.

ROUX, Christophe. WIGGER, Loïc. MARQUES, Andrea Monteiro. **La colonisation Du Congo**. Disponível em: <<http://www.ldh-toulon.net/spip.php?article1391>>. Acesso em: feve. 2013.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHUMPETER, Joseph A. **Imperialismo e Classes Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

SERRANO, Carlos. WALDMAN, Maurício. **Memória D'África**. A temática africana em sala de aula. Ed. Cortez: São Paulo, 2007.

SILVÉRIO, Valter Roberto (Coord.); ROCHA de Maria Corina; BARBOSA, Muryatan Santana. **Síntese da coleção História Geral da África: século XVI au século XX**. Brasília: UNESCO; MEC; UFSCar, 2013.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento Econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2005.